

ARTIGO

**RESENHA: LÉVI-STRAUSS, C. “Raça e História”
in Antropologia Estrutural II Rio de Janeiro:
Tempo Brasileiro, 1976, capítulo XVIII, pp 328-366**

Após a 2a. guerra mundial, em 1952, a UNESCO Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, propõe ao antropólogo francês, Claude Lévi-Strauss, a produção de um texto considerando o tema: Contribuição das Raças para a Civilização Mundial. Em função do cenário político e social instaurado à época, resta possível concluir que as intenções da Organização Internacional sobre o tema fundavam-se em questões étnicas, face à violenta demonstração dos horrores que a segregação racial fora capaz de causar, conforme prova a leva de violentados e mortos resultantes da 2a, guerra, em função de credo ou raça, ou razões outras que tentavam legitimar o injustificável: o horror da violência humana e do total desprezo à alteridade. É possível, também, imaginar a intenção apaziguadora da Organização em questão no sentido de afirmar que o desenvolvimento das civilizações e dos modelos sociais só foi possível graças à contribuição das raças, em sua diversidade, na construção e desenvolvimento histórico-cultural.

Filiado à escola de pensamento do estruturalismo francês, Lévi-Strauss, longe de atender imediatamente aos anseios da proposição, atuando conforme as intenções da Organização, que partiria, certamente, de uma análise baseada em conceitos sedimentados e, talvez, não discutidos suficientemente, ao contrário, aproveita-se do tema para uma reflexão acerca da conceituação e sedimentação de seus conceitos, no que respeita aos grupos humanos e seus modelos sociais, levando a uma

¹ Professora do curso de Direito da UFRR

profunda imersão na disposição humana de pré-conceituar fatos dos quais não se tem íntimo conhecimento, ao desconstruir e analisar cada categoria do tema, fugindo do efeito possível de formular uma teoria racista ao inverso.

Num texto anti-racista, o autor argumenta contra uma interpretação evolutiva da diversidade humana, explora a noção de progresso como não absoluta, criticando a concepção evolucionista de Leslie White que via o progresso como o aumento da quantidade de energia extraída per capita, entendendo, ao contrário, que esta visão leva à degradação no sentido da diminuição da diversidade per capita (p. 355). O olhar Lévi-straussiano não deixa impune a noção evolutiva de um processo histórico cumulativo, cujo pensamento tende a uma ocidentalização mundial.

Apesar do tempo em que foi escrito, o texto revela idéias bastante atuais, deixando antever, à época, uma preocupação do autor com a tendência de uma homogeneização das sociedades e das culturas, quando o modelo desenvolvimentista passa a sistematizar um padrão a ser alcançado pelos países menos desenvolvidos, num movimento linear que levaria ao gradual desaparecimento da diversidade cultural.

O texto aborda a questão do racismo escondido sob o tema proposto, pois que, observa o autor, se existe originalidade de contribuições culturais esta se deve a circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas, não estando relacionadas à constituição anatômica ou fisiológica dos negros, dos amarelos ou brancos, apontando como pecado original da antropologia a confusão entre a noção puramente biológica de raça e as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas, concluindo que há muito mais culturas humanas que raças humanas. Daí porque falar em contribuição das raças para a civilização mundial pode, ao contrário de constituir fator integrador dos povos, redesenhar preconceitos ainda mal desenraizados de seu fundo biológico. Num primeiro passo, insta discutir o que sejam culturas diferentes.

Observa o autor que nas sociedades humanas existem tanto uma tendência ao particularismo quanto no sentido da convergência, ambas em elaboração simultânea, a exemplo da língua falada, que em países contíguos tomam algumas feições comuns em função da comunicação com a vizinhança. Mas também há o problema da diversidade dentro de cada sociedade, nos grupos que a constituem: castas, classes, onde também existem diferenças

internas que podem aumentar conforme se torne mais volumosa e homogênea esta sociedade. Assim, pois que a diversidade de culturas não se dá de maneira estática, porque as sociedades não estão sós, mesmo as que se acreditam mais isoladas desenvolvem relações com grupos ou feixes de grupos com contatos estreitos entre si, que, inevitavelmente, interferem no comportamento social e formação cultural de um povo, pois as diferenças entre um grupo e outro tanto pode nascer do isolamento quanto da proximidade. Inobstante, é mais em função das relações que unem os grupos que se tem uma diversidade cultural, e menos do isolamento dos mesmos, daí que essa diversidade não deve levar a uma observação fragmentadora.

Também é de observar-se que a ótica da diversidade cultural se vê historicamente embaçada pela lente do etnocentrismo, que resulta da observação de um grupo sob a perspectiva e valores da cultura do grupo observador, que a contrapõe com ares de superioridade sobre a cultura observada e de estranheza de seu entendimento, o que leva ao repúdio de formas culturais alienígenas, tachadas de desumanas, imorais ou selvagens, conforme aconteceu na antiguidade, quando o que não era comum à cultura grega era bárbaro, passando a civilização ocidental a usar o termo para o mesmo sentido de selvagem, que, além de significar o que é da selva, ultrapassa o sentido etimológico para evocar um gênero de vida animal, oposto à cultura humana. Assim, lança-se fora da cultura o que não se conforma com a norma sob a qual vive o observador, para o campo da natureza, dissociando os termos natureza e cultura, mesmo antagonizando-os, levando a entender que os selvagens são excluídos da humanidade, pois a noção do que é humano cessa nas fronteiras da tribo.

Mas proclamar a igualdade natural dos homens é negligenciar a diversidade, autorizar-nos a nos comportar como se ela não existisse, quando essa diversidade de raças, para o homem comum, é evidenciada pelos seus sentidos, ao perceberem-se africanos, europeus, asiáticos ou índio americano.

A tentativa de suprimir a diversidade cultural é o que ele chama de falso evolucionismo, tomando para a discussão o evolucionismo biológico e o cultural. A pergunta que fica é será que a humanidade, organizada sob modelos sociais, estes fruto de sua relação com o ambiente, evolui num movimento

linear progressivo? Será que o tacape encontrado sob as cavernas de determinado ambiente há anos, é a evolução de um instrumento análogo, só que mais rudimentar? Assevera o autor que a linha evolutiva biológica encontra respaldo teórico-científico, o que já não se pode dizer a respeito da cultura humana e seu processo de desenvolvimento histórico. Toma como exemplo a teoria relativista de Einstein, só que, observa, no plano da cultura dá-se o inverso: enquanto na teoria relativista constata-se que o que vem no sentido oposto é que corre mais rápido, no evolucionismo social tende-se a aceitar como evolução só o que caminha no mesmo sentido do observador, já o que corre em sentido contrário não é evolução. Não é progresso.

Para representar a idéia de progresso, os cientistas criaram esquemas das eras históricas: idade da pedra lascada, da pedra polida, do bronze, do ferro. Mas há suspeitas de que o polimento da pedra existia ao mesmo tempo e que as três formas coexistiram, constituindo-se não como etapas de um progresso em sentido único, mas como aspectos de uma realidade não estática, sujeita a variações e transformações muito complexas. A exemplo, o algarismo zero já era usado pelos Maias meio milênio antes dos hindus, de quem a Europa o recebeu através dos árabes. A discussão pode levar à consideração de haver uma cultura cumulativa e uma estacionária. Nesse ponto, entra ainda o olhar do observador, pois se tomarmos a América como dotada de uma história cumulativa, a posição de uma civilização dedicada a valores próprios que não interessem ao americano poderia deste modo, dizer que sua civilização tem uma história estacionária, pois não comunga dos mesmos valores deste que ora observa a América e seus valores.

Assim, a distinção entre as duas formas de história depende da natureza das culturas às quais se aplica, ou resulta da perspectiva etnocêntrica que sempre se coloca para avaliar uma cultura diferente, tal como tende a acontecer acerca da cultura indígena face a cultura dita branca: a tendência será sempre, então, a de considerar-se cumulativa a cultura que se desenvolve num sentido análogo ao do observador, a partir do que estaria dotado de significação, fazendo parecer que as demais culturas são estacionárias, não porque o são de fato, mas porque sua linha de desenvolvimento não é mensurável a partir do sistema de referência utilizado. A teoria do evolucionismo cultural acaba por dizimar e desconstruir as diferenças, acaba

com a diferença racial, pois a humanidade tende a atingir um igual padrão de desenvolvimento cultural: aquilo que difere é porque ainda não evoluiu.

A oposição entre culturas inertes e progressivas resulta de um problema de focalização. Há dados que registram um passado extremamente fértil, atestado pela perfeição das antigas técnicas do bronze e do marfim que superam, de longe, tudo o que o Ocidente praticava neste campo, na mesma época. E não são estas contribuições que devem reter a atenção: fenícios para a escrita; chineses para o papel, a pólvora e a bússola; o hindu para o aço... elementos são menos importantes que o modo pelo qual cada cultura os agrupa, retém ou exclui. E o que lhes dá originalidade é o modo pelo qual cada uma resolve os problemas, sua perspectiva de valores, cuja dosagem nunca é a mesma para cada cultura, tanto que a etnologia moderna tem-se dedicado mais a descobrir as origens secretas dessas opções do que em erigir um inventário de traços separados.

O autor ressalta que, a despeito de objeções acerca do etnocentrismo, é possível sim que cada cultura possa ter um olhar verdadeiro sobre outra. Mas a um olhar histórico é possível ver que todas as civilizações atribuem superioridade a uma delas: a civilização ocidental, em virtude de que todo o seu modo de vida, distrações, vestuário é imitado por outros grupos. Essa adesão unânime prova que uma civilização é superior a todas as outras, a ponto de que “o que países insuficientemente desenvolvidos censuram aos outros nas assembléias internacionais, não é que os estejam ocidentalizando, mas de não lhes darem os meios de se ocidentalizarem” (pp 349 a 350). Assim, de nada adiantaria defender a originalidade das culturas humanas contra elas mesmas. Mas essa adesão ao gênero ocidental, longe de ser espontânea, como gostariam de pensar os ocidentais, parece resultar mais de uma falta de escolha, diante da imposição de seus modelos a outros povos de forma ostensiva, seja por missões religiosas, soldados, etc.

Mas por que esse olhar absorto acerca do padrão cultural tão avançado dessa civilização, será que existe mesmo essa superioridade tecnológica? Aqui o autor pondera acerca do acaso e da civilização, com base na tendência de se atribuir as descobertas do homem no seu período “bárbaro” ao mero acaso, relegando o privilégio do esforço e da inteligência apenas às descobertas mais recentes, a exemplo da descoberta do fogo, cujo acontecimento relega-se ao

acaso do raio ou incêndio da mata, num período em que as invenções eram colhidas como se colhem frutos ou flores. Ao homem moderno os louros da genialidade e do labor. Essa idéia, segundo o autor, advém de uma visão ignorante da complexidade e diversidade das operações implicadas nas técnicas mais elementares, não havendo razão para a exclusão dos atos inventivos nestes casos. Existe o acaso, reconhece, não se refuta, mas este permanece estéril até que haja os esforços intencionais e dirigidos na funcionalidade pretendida. Assim, o acaso existiu na descoberta da eletricidade, da penicilina, não menos que nos eventos do fogo ou da febra. As sociedades que chamamos primitivas não são menos ricas em homens como Pasteur e Palissy que outras épocas. Mas também imaginação e esforço criadores não determinam por si sós mutações culturais importantes, pois para tanto é preciso também que estejam presentes no processo a reunião de outros fatores, com uma orientação similar, num número suficiente de indivíduos, de forma a garantir um público ao criador. Esta condição, por sua vez, depende da confluência de fatores de natureza histórica, econômica e filosófica.

Em função dessas considerações, o autor entende que a civilização ocidental se mostrou mais cumulativa que as outras, que soube acrescentar melhorias ao capital neolítico inicial (escrita alfabética, aritmética e geometria), e se revelou foco de uma revolução industrial, de amplitude e importância só comparadas à revolução neolítica, sem esquecer outras revoluções, estas duas aparecem porque nosso sistema de referência permite mensurá-las, as outras se revelam sob a forma de fragmentos. Inobstante, ambas as revoluções ocorreram em épocas distintas, alhures e em domínios diferentes da vontade humana. A questão da prioridade não tem importância, porque o aparecimento simultâneo das mesmas perturbações tecnológicas mostra que essa prioridade não dependeu do gênio de uma raça ou cultura, mas de condições tão gerais que estão fora da consciência do homem.

A distinção entre história estacionária e história cumulativa não só é relativa aos nossos interesses como nunca consegue ser clara. Toda história é cumulativa, diferindo apenas no grau de cumulatividade. O absurdo de se declarar uma civilização superior a outra está em que elas não se podem observar sozinhas, mas em coligações. Na medida em que estivesse isolada,

uma sociedade não poderia se mostrar superior. Nenhuma cultura está só, é sempre dada em coligação com outras culturas.

Mas como foi possível a humanidade ter permanecido estacionária durante nove décimos, mais ou menos, de sua história? A história cumulativa não é propriedade de certas raças humanas ou culturas que se distinguiram das outras. Ela resulta mais da cultura que de natureza humana. A história cumulativa se apresenta como formas de histórias características que marcam os grupos de sociedade, ao passo que história estacionária, cuja existência o autor põe em dúvida, seria marca das sociedades isoladas.

Nesse contexto, por melhor intencionadas que sejam as tentativas para justificar a contribuição das raças humanas para a civilização, estes esforços são fúteis, segundo o autor, por falharem triplamente em sua finalidade: primeiro, o mérito atribuído de uma invenção à determinada cultura nunca é seguro; segundo, as contribuições culturais podem sempre repartir-se em dois grupos; terceiro, não existe contribuição sem beneficiário, e surge a indagação: quem é essa civilização mundial, beneficiária de todas essas contribuições? A noção de civilização apresenta-se pobre e cujo conteúdo intelectual e afetivo carece de densidade.

Ao contrário, o autor procura mostrar que a verdadeira contribuição das culturas consiste não na lista de suas invenções, mas no afastamento diferencial que oferecem entre si. A civilização mundial só poderia ser a coligação, em escala mundial, de culturas, preservando cada qual sua originalidade.

Mas se todo progresso cultural é fruto de uma coligação entre culturas, este jogo em comum poderia levar a uma homogeneização dos recursos de cada jogador, e a diversidade é condição inicial para tanto.

O dever sagrado da humanidade é evitar um particularismo cego, tendente a reservar o privilégio da humanidade a uma raça, cultura, ou sociedade e jamais esquecer que nenhuma fração da humanidade dispõe de fórmulas aplicadas ao conjunto, e que uma humanidade concebida num sentido único é inconcebível - seria uma humanidade petrificada.

A humanidade é rica de possibilidades imprevistas, e o progresso não é feito à imagem da “similaridade melhorada”, mas de percalços. A humanidade está seguindo em dois movimentos contínuos, um tendente a instaurar a unificação, o outro a manter ou estabelecer as diferenças. O antropólogo

finaliza chamando atenção das Organizações internacionais de que é preciso preservar a diversidade das culturas. Elas devem compreender que não bastará acalentar tradições locais e dar uma trégua no passado, mas entender que é a diversidade que deve ser salva, não o conteúdo histórico que cada época lhe deu.

A diversidade de culturas ultrapassa as fronteiras do tempo e do espaço, estando aqui, ali, em todo lugar e sempre, construindo-se, evoluindo constantemente em ritmos distintos; ressalva que a reivindicação sensata é que essa diversidade se realize de forma a que contribua para uma maior generosidade das outras, devendo-se entender, neste ponto, a trilha inexorável do respeito às culturas diversas, que vai além do sentido da tolerância.

Boa vista, 29 de junho de 2007